
EDITORIAL – Uma voz para o Direito Econômico

O advento da Revista Semestral de Direito Econômico, enquanto iniciativa ligada a trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa “Sistemas Econômicos e Constituição Econômica”, abrindo-se, entretanto, a pesquisadores na área, de todas as vertentes de pensamento e todas as partes do mundo, vem com o escopo de permitir que, em relação a este campo, o do tratamento jurídico da política econômica, possa, cada vez mais, ser tornado acessível o volume de informações indispensável a que se identifiquem os problemas e se tomem as decisões adequadas a eles, diante, sobretudo, de se trazerem a lume, neste campo, frequentemente, soluções concretas para problemas imaginários (soluções, estas, que, como se sabe, fatalmente acabam criando problemas concretos e deixam os problemas reais sem solução).

Dotada de um Corpo de Avaliadores composto por juristas de todo o País, conhecidos, todos, por seu rigorismo, a qualidade do material veiculado, já neste primeiro número, fala por si.

Vale observar que, em várias oportunidades, a aprovação ou a rejeição dos textos necessitou do pronunciamento de um terceiro avaliador, mostrando não somente o acerto da composição do Corpo de Avaliadores como também a efetividade do *double-blind peer review*.

A revista divide-se em duas seções, cujo conteúdo será esmiuçado em seguida, com a indicação dos textos na ordem alfabética dos nomes dos autores: um dossiê temático e os artigos sobre temas variados, ligados ao Direito Econômico.

Para o número inaugural, o dossiê temático voltou-se ao que se relacionasse com a vida e obra do introdutor da disciplina no Brasil, o Professor Washington Peluso Albino de Souza, que lançou as sementes com a tese de concurso para a cátedra de Economia Política na Casa de Afonso Pena em 1949 intitulada “Ensaio de conceituação jurídica do preço” e, a partir de 1970, lecionou o Direito Econômico para a graduação até a aposentadoria compulsória, verificada em 1986.

O texto dos Professores Alessandro Otaviani e Léa Vidigal sobre a disciplina e experiência jurídica no Brasil dos “preços administrados” evoca o tema em que aflorou, entre nós, a construção do Direito Econômico e,

desde logo, aponta para as questões relacionadas à possibilidade de, mediante os acordos entre os agentes econômicos, amplamente facilitados pela concentração empresarial, abalar a premissa segundo a qual seriam as variações dos preços sempre manifestação de movimentos espontâneos da oferta e da procura, e impondo, mesmo no seio do ordenamento capitalista, respostas normativas por parte do Estado, o que vai demonstrado por ampla gama de exemplos extraídos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ao longo do século XX.

Ao versarem um ponto privilegiado na reflexão do Professor Washington Peluso Albino de Souza – a temática da Constituição Econômica, já presente em artigos publicados na década de 50 do século passado, e na sua alentada obra *Do econômico nas Constituições vigentes*, de 1961 foi recorrente na sua produção ulterior -, os Professores Davi Augusto Santana de Lelis, Giovani Clark, Ícaro Moreira Ursine, Leonardo Alves Correa e Samuel Alves do Nascimento trabalham a cosmovisão presente na Constituição de 1988 em relação ao dado econômico, os respectivos antecedentes, as resistências à sua efetivação e a sua desfiguração por obra do poder constituinte derivado.

O artigo do Dr. José Luís Amorim Ribas Filho toca na urdidura do próprio conceito de “ideologia constitucionalmente adotada” em relação à ordem econômica e, lastreado nas contribuições de Marcelo Neves acerca da “Constituição Simbólica”, reflete sobre as dificuldades emergentes da presença de modelos ideológicos aparentemente contraditórios no bojo do Texto Constitucional e o papel aparente de reconhecimento normativo de desequilíbrios a serem superados mediante políticas públicas econômicas, ao mesmo tempo em que a realidade fática do desequilíbrio permanece, de tal sorte que o desafio da busca de uma interpretação adequada permaneceria.

O estudo do Professor Marcus Vinicius Madeira resgata o papel do Professor Washington Peluso Albino de Souza na construção e justificação do monopólio estatal do petróleo, aos tempos em que atuara como Consultor da Associação Comercial de Minas Gerais, como um dos motes para o reexame do próprio significado da noção de “soberania econômica” e do quanto o aludido monopólio constitucional a ela se relaciona, até porque se vem a manifestar como o insumo da maior parte dos produtos industrializados que se trazem ao mercado, ou mesmo que se utilizam no âmbito da Administração Pública.

Uma vez expostos os textos que aportaram ao dossiê temático, vamos aos artigos que versaram temas variados da atualidade, relacionados ao tratamento jurídico da política econômica.

O Professor Demetrius Barreto Teixeira reexamina, no que se refere ao discurso da criptomoeda como radicalização do que, nos escritos weberianos, foi denominado “sistema econômico da autonomia”, a tese, nascida aos tempos da formação dos Estados Nacionais e mantida, mesmo depois da queda do Mercantilismo, do poder monetário como expressão da soberania, e a presença de uma falsa causalidade entre a desestatização do dinheiro e o fortalecimento da democracia.

O tema da eficácia dos direitos sociais na jurisprudência dos Tribunais Constitucionais da Itália, Espanha e Portugal, diante do discurso da austeridade financeira que fundamentou as medidas de combate à crise mundial instaurada a partir de 2008, com a mudança de orientação, antes mais voltada a concretizar os direitos sociais, na Corte Constitucional Italiana, ou com o reforço da orientação mais restritiva a esses direitos, no caso da Corte Espanhola, ou com a adoção de orientação que reduziria a margem de discricionariedade em tais restrições, no que tange à atuação da Corte Lusitana, é que vai comparecer à reflexão da Dra. Paula Uematsu Arruda.

O Dr. Renel Fleurima realiza o exame de um tema que liga, indubitavelmente, as questões de política econômica aos direitos humanos, trata das atividades desenvolvidas na capital do Estado do Amazonas pelos imigrantes haitianos para assegurar não somente a sobrevivência própria como para assegurar as remessas para as famílias respectivas ainda residentes no Haiti, e que vêm a constituir parcela significativa da “renda nacional” daquele país.

O artigo do Prof. Ricardo Luís Sichel, em parceria com o Dr. Gabriel Ralile de Figueiredo Magalhães, versa o papel da propriedade industrial enquanto “forma” de regulação e incentivo ao desenvolvimento de um país, a partir da perspectiva da Análise Econômica do Direito aplicada ao Direito Econômico, identificando na comparação entre os números de depósitos e concessão de patentes ao redor do mundo, sem ingressar nas peculiaridades do tratamento legislativo, o dado que poderia reforçar o papel que as instituições onde se pretende produzir o conhecimento teriam no desenvolvimento global, em especial se pudesse ser superado o próprio princípio da territorialidade.

O Dr. Vinicius Adami Casal traz sua contribuição criticando o estabelecimento do axioma da vedação da presença do Estado na economia, muito presente na jurisprudência brasileira, a despeito do texto expresso da Constituição de 1988, como um topos retórico que não caberia a quem não tem a competência para elaborar o Texto Constitucional, mas garantir a respectiva força normativa, mostrando o papel que o ativismo judicial pode ter, a bem de ver, numa paulatina substituição informal da Constituição vigente pela cosmovisão própria do que fora adotado em 1891.

Tais são as contribuições que entregamos à comunidade acadêmica nacional e internacional, acerca dos desenvolvimentos que a nossa disciplina tem alcançado, nesta revista em que a dedicação do Dr. Nelso Molon Júnior tem sido essencial para manter presente este canal de debates, a fim de que não se destrua a grande contribuição que o Ocidente deu à gestão das relações humanas, que é justamente o arredar o caráter puramente voluntarístico do exercício do poder, ainda que este seja o poder econômico privado.

Boa leitura!

Ricardo Antonio Lucas Camargo

Editor-chefe